Funcionalismo

Angélica Furtado da Cunha

O funcionalismo é uma corrente linguística que, em oposição ao estruturalismo e ao gerativismo,[1] se preocupa em estudar a relação entre a estrutura gramatical das línguas e os diferentes contextos comunicativos em que elas são usadas. Assim, a abordagem funcionalista apresenta não apenas propostas teóricas distintas acerca da natureza geral da linguagem, mas diferentes concepções no que diz respeito aos objetivos da análise linguística, aos métodos nela utilizados e ao tipo dos dados utilizados como evidência empírica.

Os funcionalistas concebem a linguagem como um instrumento de interação social, alinhando-se, assim, à tendência que analisa a relação entre linguagem e sociedade. Seu interesse de investigação linguística vai além da estrutura gramatical, buscando na situação comunicativa – que envolve os interlocutores, seus propósitos e o contexto discursivo – a motivação para os fatos da língua. A abordagem funcionalista procura explicar as regularidades observadas no uso interativo da língua, analisando as condições discursivas em que se verifica esse uso. Para compreender isso melhor, vejamos dois exemplos que refletem um fenômeno relativamente comum no nosso dia a dia:

a) Você é desonesto.
b) Desonesto é você.

Como explicar a diferença entre essas duas sentenças? Certamente, uma análise que observasse apenas seu caráter sintático não daria conta de indicar por que o falante usaria a sentença exemplificada em (a), em lugar da exemplificada em (b). Ocorre que, ao contrário do que acontece em (a), que constitui uma afirmativa, a sentença (b) está relacionada a uma situação comunicativa típica de réplica, marcada pela inversão do predicado *desonesto*, que vai para o início da frase. Isso significa que essa sentença só faz sentido em um contexto em que o interlocutor tenha feito anteriormente o

mesmo insulto. Esse exemplo demonstra a essência da análise funcionalista, que amplia seu campo de visão, recorrendo ao contexto de uso o qual, por hipótese, motiva as diferentes estruturas sintáticas.

Ou seja, na análise de cunho funcionalista, os enunciados e os textos são relacionados às funções que eles desempenham na comunicação interpessoal. Ou seja, o funcionalismo procura essencialmente trabalhar com dados reais de fala ou escrita retirados de contextos efetivos de comunicação, evitando lidar com frases inventadas, dissociadas de sua função no ato da comunicação. É a universalidade dos usos a que a linguagem serve nas sociedades humanas que explica a existência dos universais linguísticos,[2] em contraposição à postura gerativista, que considera que os universais derivam de uma herança linguística genética comum à espécie humana.

Funcionalistas e gerativistas divergem também com relação ao processo de aquisição da linguagem. Os funcionalistas tendem a explicá-lo em termos do desenvolvimento das necessidades e habilidades comunicativas da criança na sociedade. A criança é dotada de uma capacidade cognitiva[3] rica que torna possível a aprendizagem da linguagem, assim como outros tipos de aprendizagem. É com base nos dados linguísticos a que é exposta em situação de interação com os membros de sua comunidade de fala que a criança constrói a gramática da sua língua. Os gerativistas, por outro lado, explicam a aquisição da linguagem em termos de uma capacidade humana específica para a aprendizagem da língua.

Ao mencionarmos a ideia de uma capacidade cognitiva rica, frisamos mais uma importante característica do funcionalismo: a visão de que a linguagem não constitui um conhecimento específico, como propõem os gerativistas, mas um conjunto complexo de atividades comunicativas, sociais e cognitivas integradas ao resto da psicologia humana. Assim, a visão funcionalista de cognição assume que a linguagem reflete processos gerais de pensamento que os indivíduos elaboram ao criarem significados, adaptando-os a diferentes situações de interação com outros indivíduos. Ou seja, os conceitos humanos associam-se à época, à cultura e até mesmo a inclinações individuais caracterizadas no uso da linguagem.

Resumindo o que foi visto até aqui, o modelo funcionalista de análise linguística caracteriza-se por duas propostas básicas:

a) a língua desempenha funções que são externas ao sistema linguístico em si;
b) as funções externas influenciam a organização interna do sistema linguístico.

Sendo assim, a língua não constitui um conhecimento autônomo, independente do comportamento social, ao contrário, reflete uma adaptação, pelo falante, às diferentes situações comunicativas.

Por um lado, essas propostas opõem o funcionalismo às abordagens que não se interessam pela atuação de fenômenos externos à estrutura das línguas (como o *estruturalismo e o gerativismo*); *por outro lado*, elas contrastam diferentes visões funcionalistas, opondo modelos mais antigos, que focalizam as funções associadas à organização interna do sistema linguístico (como na fonologia de Praga, por exemplo), a modelos mais recentes, que consideram as funções que a linguagem pode desempenhar nas situações comunicativas, dando maior ou menor peso aos aspectos cognitivos relacionados à comunicação.

É costume distinguir as análises na linha funcionalista com base no grau em que se considera o condicionamento do sistema linguístico pelas funções externas. A postura mais radical propõe que as funções externas (tais como os propósitos comunicativos dos interlocutores) definem as categorias gramaticais, de modo que não seria necessário postular categorias autônomas e independentes. Em outras palavras, não existiria o nível estrutural chamado sintaxe: a língua poderia ser descrita unicamente com base nos princípios comunicativos.

Nessa linha, inserem-se o trabalho de Du Bois (1985) sobre a estrutura dos argumentos preferida em uma dada língua e o trabalho de Hopper & Thompson (1980), que trata a transitividade como uma categoria que deriva do discurso.

Uma postura mais moderada admite uma interação entre forma e função, de modo que as funções externas atuariam concomitantemente com a organização formal inerente ao sistema linguístico, influenciando-a em certos pontos, sem fundamentalmente definir suas categorias básicas. Servem como exemplo dessa postura mais moderada o funcionalismo de Dik e de Halliday, que, reconhecendo a inadequação do formalismo, propõem a incorporação da semântica e da pragmática[4] à análise sintática. Vejamos mais detalhadamente alguns desses diferentes modelos funcionalistas.

O funcionalismo europeu

Embora frequentemente contrastado ao estruturalismo, o funcionalismo surge como um movimento particular dentro do estruturalismo, enfatizando a função das unidades linguísticas: na fonologia, o papel dos fonemas (segmentais e suprassegmentais) na distinção e demarcação das palavras; na sintaxe, o papel da estrutura da sentença no contexto. Atribui-se aos membros da Escola de Praga, que se originou no Círculo Linguístico de Praga fundado em 1926 pelo linguista tcheco Vilém Mathesius, as primeiras análises na linha funcionalista. Com relação ao ponto de vista saussuriano, esses linguistas se opunham à distinção nítida entre sincronia e diacronia, assim como à noção de homogeneidade do sistema linguístico. Sua contribuição pode ser sintetizada no uso dos termos *função/funcional*, no estabelecimento dos fundamentos teóricos básicos do funcionalismo e nas análises que levam em conta parâmetros pragmáticos e discursivos.

Foi na área dos estudos fonológicos, principalmente, que a Escola de Praga obteve maior projeção. Entre os seus principais representantes, destacam-se Nikolaj Trubetzkoy e Roman Jakobson, ambos de origem russa. Os trabalhos de Trubetzkoy

lançaram os fundamentos para o desenvolvimento da fonologia de um modo geral. Deve-se a ele a teoria estruturalista do fonema, a noção de contraste funcional utilizada na distinção entre fonética e fonologia, a teoria dos sistemas fonológicos desenvolvida com Jakobson e o conceito de traços distintivos, mais tarde incorporado à teoria da fonologia gerativa, em 1960, por Chomsky e Halle, discípulo e colaborador de Jakobson.

De acordo com a fonologia desenvolvida em Praga, os fonemas, definidos como elementos mínimos do sistema linguístico, não são elementos mínimos em si, mas feixes ou conjuntos de traços distintivos simultâneos. Por exemplo, o fonema /p/ é constituído dos traços: oclusivo, bilabial, surdo; enquanto o fonema /b/ reúne os traços: oclusivo, bilabial, sonoro. Logo, /p/ e /b/ diferem quanto à sonoridade, e é esse traço [+ ou – sonoro] que distingue pares mínimos, como as palavras "*p*ata" e "*b*ata" ou "*p*ico" e "*b*ico".

Além da função distintiva, Trubetzkoy e seus seguidores estabeleceram também a função demarcadora e a função expressiva dos fonemas. A função demarcadora serve para marcar a fronteira entre uma forma e outra na cadeia da fala. O acento tônico das palavras, por exemplo, tem uma função demarcadora importante no português, como em "fábrica" (substantivo) e "fabrica" (verbo). A função expressiva de um traço fonológico indica o estado de espírito do falante, seus sentimentos ou sua atitude, como, por exemplo, a pronúncia enfática de uma palavra, com o alongamento da vogal (/liiiiindo/).

Jakobson, por sua vez, é responsável pela introdução do conceito de marcação na morfologia. Aplicado primeiramente na fonologia, o princípio de marcação estabelece a distinção entre categorias marcadas e categorias não marcadas, em um contraste binário. Por exemplo, a oposição entre /p/ e /b/, vista anteriormente, se dá através do traço sonoridade. Quanto a esse traço, então, /b/, que se caracteriza pelo traço [+ sonoro], é marcado, já /p/, caracterizado pelo traço [– sonoro], é não marcado. Na morfologia, com relação à categoria de número, a forma "meninos" [+ plural] é marcada em oposição a "menino" [– plural], forma não marcada. As ideias de Jakobson extrapolaram a linguística, refletindo-se nas áreas da poesia e da antropologia.

Os linguistas da Escola de Praga estenderam o funcionalismo para além da fonologia. Com relação à estrutura gramatical das línguas, Mathesius antecipou uma concepção funcional da sentença, que deu origem, mais tarde, à teoria da perspectiva funcional da sentença, um tipo de análise em termos da informação transmitida pela organização das palavras. O conceito de informação, tal como é usado na linguística, é definido como um processo de interação entre o que já é conhecido ou predizível e o que é novo ou imprevisto (Halliday, 1985). A categoria *perspectiva* dá conta do contraste entre sentenças sintaticamente distintas que descrevem o mesmo estado de coisas. Vejamos dois enunciados como os apresentados abaixo:

a) *Eu já li esse livro.*
b) *Esse livro eu já li.*

Podemos tratar esses enunciados como sentenças diferentes com base nas diferenças na ordenação dos seus elementos, ou podemos tratá-los como versões alternativas de dizer a mesma sentença, já que transmitem o mesmo conteúdo semântico ou a mesma informação. Temos aqui um problema semelhante ao que apresentamos no exemplo anterior: como justificar o uso de uma ou outra dessas sentenças em um determinado contexto?

Se considerarmos, como costumam fazer os funcionalistas, que a organização sintática da cláusula é motivada pelo contexto discursivo em que esta ocorre, não podemos dizer que (a) e (b) seriam empregadas na mesma situação de comunicação. Ou seja, embora essas cláusulas pareçam equivalentes do ponto de vista semântico, elas diferem do ponto de vista pragmático. Essa diferença pragmática está relacionada ao *status* informacional dos elementos que compõem a cláusula: nos exemplos em questão, é interessante o fato de "esse livro" ter ou não sido mencionado anteriormente, ou seja, constituir ou não informação nova para o interlocutor. No caso do exemplo (b), o termo "esse livro" já foi mencionado, apresentando *status* de informação dada (ou informação velha), o que motiva sua colocação no início da sentença. Questões dessa ordem estão diretamente envolvidas no papel funcional da sentença, tal como sugerido por Mathesius.

Seguindo a tradição da Escola de Praga, Jan Firbas desenvolveu, no começo da década de 1960, um modelo da estrutura informacional da sentença que buscava analisar sentenças efetivamente enunciadas para determinar sua função comunicativa. Nesse modelo, a parte da sentença que representa informação dada, ou já conhecida pelo ouvinte, tem o menor grau de dinamismo comunicativo, ou seja, a quantidade de informação que ela comunica aos interlocutores no contexto é a menor possível. Essa parte é denominada *tema*. A parte que contem a informação nova apresenta o grau máximo de dinamismo e forma o *rema*. Suponhamos o seguinte diálogo:

A: O que Maria comprou?
B: Maria comprou uma bolsa preta.

Nesse contexto, "Maria comprou" é o tema e "uma bolsa preta" é o rema. Como mencionamos anteriormente, a tendência geral é que as partes que contêm o menor grau de dinamismo comunicativo tendem a vir no início da sentença, enquanto as partes com o grau mais alto vêm por último.

Em oposição à corrente linguística que focalizava o estudo da linguagem enquanto expressão do pensamento, os funcionalistas de Praga enfatizaram o caráter multifuncional da linguagem, ressaltando a importância das funções expressiva e conotativa, entre outras, além da referencial (ver o capítulo "Funções da linguagem"). A influência da Escola de Praga foi duradoura e profunda. As ideias originadas nesse período são a fonte para diversos trabalhos posteriores, principalmente de Roman Jakobson e André Martinet, considerados os dois divulgadores mais importantes do pensamento linguístico internacional da Escola de Praga. Dentre as principais contribuições dessa escola estão

a distinção entre as análises fonética e fonológica dos sons, a análise dos fonemas em traços distintivos e as noções correlatas de binário e marcado.

O funcionalismo também se faz representar em algumas outras correntes linguísticas pós-saussurianas da Europa no século XX. Saussure influenciou mais de perto a chamada Escola de Genebra, cujos principais representantes são Charles Bally, Albert Sechehaye e Henri Frei. Enquanto Sechehaye limitou-se basicamente a discutir as ideias de Saussure, Bally, interessado na relação entre o pensamento e sua expressão linguística, deu novo impulso à estilística, que definiu como o estudo dos elementos afetivos da linguagem. Concentrou sua atenção nos desvios que o uso individual (a fala) é levado a impor ao sistema (a língua). Essa proposta baseia-se no fato de que não há separação intransponível entre esses dois aspectos da linguagem – língua e fala –, posição teórica por definição funcionalista. Por sua vez, Frei notabilizou-se por sua análise referente aos desvios da gramática normativa, que, segundo sua proposta, não são fortuitos, mas refletem tendências resultantes da necessidade de comunicação e constituem, portanto, uma rica fonte de estudos linguísticos. Frei se fez o promotor da linguística de base funcional, que associa os fatos linguísticos a determinadas funções a eles relacionadas. Essa influência chegou até Martinet, que manteve frequente contato com os principais linguistas de Praga, sobretudo com Trubetzkoy, por quem foi bastante influenciado.

Outra manifestação funcionalista podemos ver na Escola de Londres, sobretudo, através das ideias de Michael K. Halliday. A teoria funcional de Halliday, que surge na década de 1970, está centrada em um conceito amplo de função, que inclui tanto as funções de enunciados e textos quanto as funções de unidades dentro de uma estrutura. Apoiado na tradição etnográfica de Boas-Sapir-Whorf e de Bronislav Malinowski, Halliday defende a tese de que a natureza da linguagem, enquanto sistema semiótico, e seu desenvolvimento em cada indivíduo devem ser estudados no contexto dos papéis sociais que os indivíduos desempenham. A postura de Halliday reflete também a influência do linguista inglês John Firth, para quem a linguagem deve ser considerada parte de um processo social.

A tendência de analisar a língua de um ponto de vista funcional está também presente no chamado grupo holandês. No final da década de 1970, o linguista holandês Simon Dik e seus seguidores desenvolveram um modelo de sintaxe funcional em que as funções em uma sentença são analisadas em três níveis distintos. Tomemos, como exemplo, a sentença "João chegou cedo". "João" desempenha a função sintática de sujeito, a função semântica de agente e a função pragmática de tema. Primeiro as funções semânticas são associadas com os predicados no léxico (por exemplo, agente + "chegar"), e o núcleo de uma sentença (no nosso exemplo, "João chegou") pode ser ampliado por satélites ("cedo", nesse caso). As funções sintáticas são então relacionadas aos seus elementos e, por último, às funções pragmáticas. A linguística, portanto, tem que tratar de dois tipos de sistemas de regras: de um lado, as regras semânticas, sintáticas, morfológicas e fonológicas (responsáveis pela constituição das estruturas linguísticas), de outro lado, as

regras pragmáticas (responsáveis pelos modelos de interação verbal em que as estruturas linguísticas são usadas). Dik trabalha com uma concepção teleológica de linguagem. Para ele, o principal interesse de uma linguística funcionalista está nos processos relacionados ao êxito dos falantes ao se comunicarem por meio de expressões linguísticas.[5]

O funcionalismo norte-americano

A partir do estruturalismo, a linguística norte-americana foi dominada por uma tendência formalista que se enraizou com Leonard Bloomfield e se mantém até hoje com a linguística gerativa. Entretanto, paralelamente foi se desenvolvendo uma tendência para o funcionalismo sob influência dos trabalhos de etnolinguistas, como Franz Boas, Edward Sapir e Benjamin Lee Whorf.

Dwight Bolinger é frequentemente apontado como um dos precursores da abordagem funcionalista norte-americana. Ainda durante o predomínio das teorias formais, Bolinger chamava a atenção para o fato de que fatores pragmáticos operavam em determinados fenômenos linguísticos estudados pelos estruturalistas e gerativistas. Embora não tenha avançado um esboço completo de uma gramática funcionalista, Bolinger impulsionou o funcionalismo com suas análises de fenômenos particulares, em especial seu estudo pioneiro sobre a pragmática da ordenação das palavras na cláusula.

Em contraposição à postura estruturalista, que enfatiza o princípio da arbitrariedade, a questão da iconicidade, que prediz uma correlação direta entre um conceito e sua representação linguística, volta a atrair o interesse dos linguistas, em especial a partir da década de 1960, quando o foco da atenção recai sobre os estudos tipológicos e os universais linguísticos. Essa área de investigação foi enfatizada sobretudo pelos crioulistas[6] e pelo linguista Joseph Greenberg (1966), interessado na variação tipológica entre as línguas.

É por volta de 1975 que as análises linguísticas explicitamente classificadas como funcionalistas começam a proliferar na literatura norte-americana. Essa corrente surge como reação às impropriedades constatadas nos estudos de cunho estritamente formal, ou seja, nas pesquisas estruturalistas e gerativistas. Os funcionalistas norte-americanos advogam que uma dada estrutura da língua não pode ser proveitosamente estudada, descrita ou explicada sem referência à sua função comunicativa, o que, aliás, caracteriza todos os funcionalismos até aqui mencionados.

Diferentemente das teorias formais, o funcionalismo pretende explicar a língua com base no contexto linguístico e na situação extralinguística. De acordo com essa concepção, a sintaxe é uma estrutura em constante mutação em consequência das vicissitudes do discurso, ao qual se molda. Ou seja, há uma forte vinculação entre discurso e gramática: a sintaxe tem a forma que tem em razão das estratégias de organização da informação empregadas pelos falantes no momento da interação discursiva.

Dessa maneira, para compreender o fenômeno sintático, seria preciso estudar a língua em uso em seus contextos discursivos específicos, pois é neste espaço que a gramática é constituída. Em termos funcionalistas, essa concepção de sintaxe corresponde às noções de "gramática emergente" (Hopper, 1998) ou "sistema adaptativo" (Du Bois, 1985).

Considerar a gramática como um organismo maleável, que se adapta às necessidades comunicativas e cognitivas dos falantes, implica reconhecer que a gramática de qualquer língua exibe padrões morfossintáticos estáveis, sistematizados pelo uso, ao lado de mecanismos de codificação emergentes. Em outras palavras, as regras da gramática são modificadas pelo uso (isto é, as línguas variam e mudam), e, portanto, é necessário observar a língua como ela é falada. Nesse sentido, a análise dos processos de variação e mudança linguística constitui uma das áreas de interesse privilegiado da linguística funcional.

O texto considerado pioneiro no desenvolvimento das ideias da escola funcionalista norte-americana é *The Origins of Syntax in Discourse*, publicado por Gillian Sankoff e Penelope Brown em 1976. Nesse trabalho, as autoras fornecem evidências das motivações discursivas geradoras das estruturas sintáticas do tok pisin, língua de origem pidgin de Papua-Nova Guiné, ilha ao norte da Austrália.

Em 1979, Talmy Givón, influenciado pelas descobertas de Sankoff e Brown, publica *From Discourse to Syntax*, texto explicitamente antigerativista, que afirma que a sintaxe existe para desempenhar uma certa função, e é essa função que determina a sua maneira de ser. Os trabalhos de Givón (1984, 1990, 1995, 2001, entre outros) se caracterizam pela busca de parâmetros substantivos, isto é, motivados comunicativa ou cognitivamente, para a explicação de fatos gramaticais.

Se ainda não há uma teoria gramatical funcionalista completa e unificada, há uma quantidade expressiva de análises funcionalistas, sobretudo do inglês. Alguns linguistas norte-americanos, como Givón, Sandra Thompson e Paul Hopper, sobressaem pelos seus estudos individuais.

Sozinha ou em coautoria, Thompson produziu alguns trabalhos considerados marcos na análise funcionalista. Entre esses, podemos destacar seu estudo sobre as passivas em inglês, em que Thompson observa que a ocorrência de uma cláusula passiva em inglês é motivada por dois fatores pragmáticos distintos: um deles prediz uma passiva sem agente e o outro, uma passiva com agente. Em *Transitivity in grammar and discourse* (1980), em coautoria com Paul Hopper, os autores reinterpretam o conceito tradicional de transitividade como uma propriedade escalar constituída de dez parâmetros sintático-semânticos independentes e covariantes. De acordo com a presença ou ausência desses parâmetros, a cláusula pode ser mais ou menos transitiva. O complexo de transitividade e seus parâmetros individuais se associam a uma função discursivo-comunicativa: a de assinalar as porções centrais e periféricas de um texto narrativo. Fatores discursivos, portanto, interferem na codificação da transitividade, como veremos adiante.

Além desses autores, há um grupo de funcionalistas europeus na Alemanha que trabalha com questões de mudança linguística, gramaticalização e empréstimo e segue um modelo semelhante ao dos linguistas norte-americanos. Esse grupo reúne, entre outros, Bernd Heine, na universidade de Colônia, Tânia Kuteva em Dusseldorf.

Vale destacar a recente aproximação entre a linguística funcional e a linguística cognitiva, representada por antigos gerativistas, como Ronald Langacker (1991), George Lakoff (1987), e ainda por psicolinguistas, como Michael Tomasello (1999) e John Taylor (1995), que também rejeitam a tese da autonomia da sintaxe, proposta pela gramática gerativa, e propõem a incorporação das dimensões sociais e cognitivas nos estudos linguísticos.

No panorama brasileiro, os estudos de cunho funcionalista ganham impulso a partir da década de 1980 com a constituição de grupos de pesquisadores que propõem fatores de natureza comunicativa e cognitiva para interpretar o funcionamento de tópicos morfossintáticos em textos falados e escritos. Aqui também se acha refletida a diversidade de orientações teóricas de base funcionalista, e os pesquisadores costumam combinar diferentes perspectivas em suas análises.

Em trabalho pioneiro, Rodolfo Ilari publicou, em 1987, *Perspectiva funcional da frase portuguesa*, que trata do dinamismo comunicativo em termos de tema e rema, na linha dos estudos da Escola de Praga.

Entre os grupos constituídos, destacam-se os pesquisadores do Projeto Norma Urbana Culta, que abrange várias capitais do país, do Projeto de Estudo do Uso da Língua da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Peul-UFRJ) e do Grupo de Estudos Discurso & Gramática, sediado em várias universidades (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e Universidade Federal do Rio Grande do Norte).

O Peul tem formação sociolinguística: seus trabalhos focalizam a variação linguística sob a perspectiva da função discursiva das variantes selecionadas, de acordo com o quadro do funcionalismo norte-americano. Destaca-se, nesse grupo, a participação de Anthony Julius Naro, que em parceria com Sebastião Votre publicou vários artigos seguindo a orientação de Givón.

O Grupo de Estudos Discurso & Gramática, criado por Sebastião Votre, também trabalha com os pressupostos do funcionalismo norte-americano, tendo como foco central de interesse o estudo dos processos de gramaticalização. Os resultados de suas pesquisas podem ser vistos em Martelotta, Votre e Cezario (1996), Rios de Oliveira (1998), Furtado da Cunha (2000) e Furtado da Cunha, Rios de Oliveira e Martelotta (2003).

Dentre os princípios e as categorias centrais dessa corrente funcionalista estão: informatividade, iconicidade, marcação, transitividade e plano discursivo e gramaticalização. Nesse quadro, os processos de gramaticalização e discursivização constituem pontos privilegiados de investigação.

Informatividade

O princípio de informatividade focaliza o conhecimento que os interlocutores compartilham, ou supõem que compartilham, na interação verbal. De um modo geral, a aplicação desse princípio se tem voltado para o exame do *status* informacional dos referentes nominais. Desse modo, um sintagma nominal pode ser classificado como *dado*, *novo*, *disponível* e *inferível*.

Um referente pode ser *dado*, ou *velho*, se já tiver ocorrido no texto (referente textualmente dado) ou se estiver disponível na situação de fala (referente situacionalmente dado), como os próprios participantes do discurso: falante e ouvinte. Vejamos os dois casos respectivos nos exemplos seguintes, retirados do *corpus* Discurso & Gramática:[7]

> a) aí o mecânico falou que... (∅) não sabia qual o homem que tinha apertado aquilo ((riso))
>
> b) E: e:: agora eu queria que *você* me... me dissesse... alguma coisa que você sabe fazer... ou que você... goste de fazer... e como é que se faz isso...

No exemplo (a), o sujeito do verbo "saber" (marcado pelo símbolo ∅, que indica sua omissão) foi mencionado na primeira cláusula, constituindo um caso de referente anteriormente dado: "o mecânico". Por isso ele não precisa ser repetido na sentença seguinte. No exemplo (b), em que o entrevistador pede ao informante que ele diga algo que sabe fazer, embora a palavra "você" seja ambígua no sentido de que pode se referir a qualquer pessoa, o contexto permite que interlocutor (o entrevistado) perceba que é a ele que o falante deseja se referir. Em circunstâncias desse tipo, como a situação contextual não deixa dúvidas quanto ao sentido do termo, temos um caso de referente situacionalmente dado.

Um referente é *novo* quando é introduzido pela primeira vez no discurso, como no exemplo (c). Se já está na mente do ouvinte por ser geralmente um referente único (num dado contexto), é chamado *disponível*. São exemplos de referentes disponíveis termos como "a lua", "o sol", "Pelé" ou "Petrópolis", como no caso (d):

> (c) aí quando chegou... ali na:: decida/ porque é... Barra... Tijuca... né? quando estava quase chegando a... Tijuca... vinha... *um ônibus* na:: direção deles... e tinha *um caminhão*... parado aqui... (Informante 12, Dario, Discurso & Gramática, RJ)
>
> (d) ... mas... eu fui a *Petrópolis* com uma amiga... que nunca tinha subido a serra.

Um referente denomina-se *inferível* quando é identificado através de um processo de inferência – exemplo (e) – a partir de outras informações dadas. As entidades inferíveis geralmente são codificadas com um artigo definido:

> (e) ... quando ela viu o ônibus passar... mas o ônibus já estava indo... e ela começou a gritar e todo o ponto de ônibus assim lotado... né? ela começou a gritar *pro motorista*... mas ela estava um pouco longe...

Nesse caso, o referente "o motorista" não foi mencionado, não constituindo informação dada (ou velha). Entretanto, como um ônibus implica a existência de um motorista, o ouvinte não tem problemas em identificar essa informação, que, por isso, também não pode ser classificada como nova. Temos aí um caso de referente inferível.

O *status* informacional dos elementos linguísticos é importante no sentido de que interfere, por exemplo, na ordenação que eles assumem na cláusula, como veremos a seguir no conceito de iconicidade.

Iconicidade

O princípio de iconicidade é definido como a correlação natural e motivada entre forma e função, isto é, entre o código linguístico (expressão) e seu significado (conteúdo). Os linguistas funcionais defendem a ideia de que a estrutura da língua reflete, de algum modo, a estrutura da experiência. Como a linguagem é uma faculdade humana, a suposição geral é a de que a estrutura linguística revela o funcionamento da mente, bem como as propriedades da conceitualização humana do mundo.

Em sua versão original, o princípio de iconicidade postula uma relação isomórfica, de um para um, entre forma e conteúdo (Bolinger, 1977). Contudo, estudos sobre os processos de variação e mudança, ao constatar a existência de duas ou mais formas alternativas de dizer "a mesma coisa", levaram à reformulação dessa versão forte. Na língua que usamos diariamente, em especial na língua escrita, existem, por certo, muitos casos em que não há uma relação clara, transparente, entre expressão e conteúdo.

Nesses casos, a relação entre forma e significado é aparentemente arbitrária, uma vez que o significado original do elemento linguístico se perdeu total ou parcialmente, assim como a motivação para sua criação. Por exemplo, o item "entretanto", hoje, tem um valor opositivo que justifica sua classificação como conjunção adversativa (ex: "Estudou muito, *entretanto* não passou").

Esse uso é completamente distinto de seu significado original utilizado em textos arcaicos do português, como advérbio temporal, com valor de "enquanto isso", "ao mesmo tempo", "entre tantos acontecimentos" (essa ideia permanece no item "entre" encontrado na construção: "entre" + "tanto").[8] O mesmo se deu com a conjunção concessiva "embora" (ex: "*Embora* tenha estudado muito, não passou"), proveniente da expressão com valor temporal "em boa hora", muito comum, sobretudo na era medieval. Essa expressão era comumente acrescida a determinadas frases em virtude da crença de que o sucesso dos atos estava relacionado ao momento em que eram praticados.

Há, portanto, contextos comunicativos em que a codificação morfossintática é opaca em termos da função que desempenha. Isso ocorre porque a iconicidade do código linguístico está sujeita a pressões diacrônicas corrosivas tanto na forma quanto na função:

a) o código (forma) sofre constante erosão pelo atrito fonológico, tendo sua forma diminuída. Ex: "em boa hora" > "embora".
b) a mensagem (função) é constantemente alterada pela elaboração criativa através de processos metafóricos e metonímicos. Ex: na conjunção "entretanto" o valor espacial, expresso originalmente pela preposição "entre" (ex: "A casa fica *entre* a igreja e o supermercado"), é estendida para uma noção mais abstrata, referente a um espaço existente entre sequências de acontecimentos (ex: "Muita coisa aconteceu *entre* a discussão e a briga"). Esse é o ponto de partida para o uso arcaico com valor de concomitância temporal que acaba se estendendo para o atual valor concessivo.

Os dois tipos de pressão geram ambiguidade. Quanto ao código, verifica-se correlação entre uma forma e várias funções: é o que ocorre com "embora", que pode ser empregado como concessivo (ex: "*Embora* tenha estudado muito, não passou") ou com o valor que alguns gramáticos chamam de "partícula de afastamento" (ex: "Vou *embora* assim que a aula acabar"). Quanto à mensagem, observa-se correlação entre várias formas e uma função: no português atual, coexistem com a conjunção concessiva "embora" e várias outras com mesmo valor, como "mesmo que", "ainda que", "apesar de", entre outras.

Em sua versão mais branda, o princípio de iconicidade se manifesta em três subprincípios, que se relacionam à quantidade de informação, ao grau de integração entre os constituintes da expressão e do conteúdo e à ordenação sequencial dos segmentos. Vejamos cada um deles.

Segundo o *subprincípio da quantidade*, quanto maior a quantidade de informação, maior a quantidade de forma, de tal modo que a estrutura de uma construção gramatical indica a estrutura do conceito que ela expressa. Isso significa que a complexidade de pensamento tende a refletir-se na complexidade de expressão (Slobin, 1980): aquilo que é mais simples e esperado se expressa com o mecanismo morfológico e gramatical menos complexo. A atuação desse subprincípio pode ser vista no comprimento maior das palavras derivadas (que tendem a veicular mais informações semânticas e/ou gramaticais) em comparação com as palavras primitivas de que se originam, refletindo na forma a ampliação do seu campo conceitual:

BELO > BELEZA > EMBELEZAR > EMBELEZAMENTO

Outro exemplo é a repetição de certas estruturas verbais, em que o falante deseja expressar o aspecto iterativo e/ou a intensidade da ação descrita, como em:

> ... ele fugiu com a moça ... daí fugiram ... começaram a correr e o homem atrás deles ... *correram* ... *correram* ... *correram* ... enquanto isso ... o homem *correndo* ... *correndo atrás deles* ...

O *subprincípio da integração* prevê que os conteúdos que estão mais próximos cognitivamente também estarão mais integrados no nível da codificação – o que

está próximo mentalmente coloca-se próximo sintaticamente. Esse subprincípio se manifesta, por exemplo, no grau de integração que o verbo da oração principal exibe em relação ao verbo da subordinada:

a) Maria ordenou: fique aqui.
b) Maria fez a filha ficar ali.
c) A filha não queria ficar ali.

Essas orações indicam que, quanto menos integrados os dois eventos estão, tanto mais provável que um elemento de subordinação ou uma pausa separe a oração subordinada da principal. Em outras palavras, o subprincípio da integração correlaciona a distância linear entre expressões à distância conceptual entre as ideias que elas representam. Na primeira oração, temos dois eventos separados, o ato de dizer algo e o ato de ficar ali, além disso, os verbos (núcleos da oração) referem-se a sujeitos distintos e apresentam codificação modo-temporal distinta. Na segunda frase, a integração semântica e sintática é maior: já não é tão fácil dizer que são dois eventos separados e não há um elemento explícito que separe sintaticamente as duas orações. O sujeito da segunda é objeto da primeira. Na terceira oração, a fusão semântica e sintática é ainda maior, pois também não é nítida a distinção de eventos diferentes e o sujeito de "querer" é o mesmo de "ficar", e obrigatoriamente o sujeito desse segundo verbo aparece apagado.

Há ainda o fenômeno da iconicidade relacionado à ordenação dos elementos na cadeia sintática. Nesse caso, temos os chamados subprincípios de *ordenação sequencial*. O primeiro deles é o *subprincípio da ordenação linear*, segundo o qual a ordenação das orações no discurso tende a espelhar a sequência temporal em que os eventos descritos ocorreram:

> sabe como é feito um bom *strogonof*... compra o camarão:: limpa o camarão... põe o camarão... boto cebola... pimentão... tomate... cozinho ele... deixo ele cozinhar um pouquinho assim...

As orações acima estão colocadas sintaticamente na mesma ordem em que ocorreram na realidade: primeiro compra-se o camarão, depois limpa-se o camarão, e assim por diante. A inversão da ordem das orações implicaria também uma mudança na sequência real dos fatos.

O segundo subprincípio ligado à ordenação é o *subprincípio da relação entre ordem sequencial e topicalidade*. Nesse caso, temos uma conexão entre o tipo de informação veiculada por um elemento da cláusula e a ordenação que ele assume. Um exemplo de como isso ocorrer pode ser visto no fato de que informações velhas, ou já mencionadas, tendem a ocorrer no início da cláusula e informações novas, no final. Vejamos o exemplo que segue:

> Tenho vários amigos, mas meu preferido é Carlos. Carlos está sempre comigo nas horas de diversão.

Podemos notar que o referente "Carlos", quando mencionado pela primeira vez, aparece no final da frase ("meu preferido é Carlos" ao invés de "Carlos é meu preferido"). Entretanto, na cláusula seguinte, "Carlos" é novamente mencionado, constituindo, portanto, informação velha. Nesse caso, ele ocorre no início da cláusula.

Esse subprincípio pode assumir características diferentes quando associado à noção de contrastividade. Esse caso pode ser visto, por exemplo, na tendência de se antepor na cláusula determinados trechos para efeito de contraste:

a) João comprou um carro.
b) Foi João que comprou um carro.
c) Foi um carro que João comprou.

Tanto o sujeito "João" quanto o objeto "um carro" da cláusula (a) apresentada anteriormente podem ser colocados em situação de foco contrastivo, como ocorre em (b) – foi João, *e não outra pessoa*, que comprou o carro – e em (c) – foi um carro, *e não outra coisa*, que João comprou. Essas construções refletem a preocupação do funcionalismo em trabalhar com as expectativas do falante em um contexto particular: a crença, por exemplo, de que outra pessoa que não João tivesse comprado o carro, no caso de (b), ou de que João comprou outra coisa que não um carro, no caso de (c).

Marcação

Os termos "marcado" e "não marcado" foram introduzidos na linguística pela Escola de Praga. Aqui a ideia-chave é a de contraste entre dois elementos de uma dada categoria linguística, seja ela fonológica, morfológica ou sintática. Um entre dois elementos que se opõem é considerado marcado quando exibe uma propriedade ausente no outro membro, considerado não marcado. Assim, no campo da morfologia, por exemplo, é interessante observar, nesse sentido, a categoria de número: a forma "meninos" [+ plural] é marcada em oposição a "menino" [– plural], forma não marcada.

As formas não marcadas apresentam várias características, tais como:

a) maior frequência de ocorrência nas línguas em geral e em uma língua particular;
b) contexto de ocorrência mais amplo;
c) forma mais simples ou menor;
d) aquisição mais precoce pelas crianças.

Se observarmos com cuidado, veremos que o elemento que está no singular apresenta essas características das formas não marcadas: ocorre mais na língua, pois usamos mais palavras no singular do que no plural; apresenta contexto de ocorrência mais amplo, pois dizemos, por exemplo, que vamos ao mercado comprar cenoura, mesmo sabendo que compraremos mais de uma – o que significa que o singular é utilizado no contexto do plural; apresenta forma mais simples, ou seja, ocorre sem a desinência -s; e possivelmente por isso é aprendida mais facilmente pelas crianças do que as formas de plural.

No nível sintático, o conceito de marcação também apresenta consequências interessantes no uso da língua. Comparemos as duas construções abaixo:

a) Eu uso esta roupa.
b) Esta roupa eu uso.

A sentença exemplificada em (b) é mais marcada, já que a ordenação mais comum é a que está indicada em (a): sujeito ("Eu") verbo ("uso") objeto ("esta roupa"). Essa questão tem implicações interessantes quando pensamos na expressividade dessas estruturas. Qual seria a mais expressiva das duas? A resposta seria a do exemplo (b), já que expressa algum tipo de força argumentativa associada à ideia de que aquela roupa é de um tipo que agrada mais ao falante do que alguma outra. Isso não ocorre no primeiro exemplo, em que temos uma simples afirmação, que não apresenta necessariamente qualquer argumento desse tipo.

Essa é a importância do conceito de marcação no que diz respeito ao uso da língua: uma forma linguística mais corriqueira, que apresenta alta frequência de uso, tende a ser conceptualizada de modo mais automatizado pelo usuário da língua e isso significa que essa forma tem pouca expressividade. Assim, quando querem ser expressivos, os falantes usam formas marcadas. É o que ocorre em frases como a apresentada em (b).

Vale ressaltar que a marcação que caracteriza uma forma linguística é relativa, pois uma construção pode ser marcada num dado contexto e não marcada em outro. Por exemplo, a voz passiva sintética ("Vende-se casa") é muito marcada na língua oral por ser bastante incomum. Entretanto, num texto escrito formal ela não é marcada, já que ocorre com relativa frequência.

Transitividade e plano discursivo

Para a gramática tradicional, a transitividade é uma propriedade dos verbos – que são classificados como transitivos, quando acompanhados de objeto direto ou indireto, ou intransitivos, quando não há complemento. A proposta de Hopper e Thompson (1980) não opõe binariamente verbos transitivos a intransitivos, mas trata a transitividade como uma propriedade escalar que focaliza diferentes ângulos da transferência da ação de um agente para um paciente em diferentes porções da oração. Vejamos os exemplos seguintes, extraídos de uma narrativa que reconta o filme *Batman*:

a) Batman derrubou o Pinguim com um soco.
b) A Mulher Gato não gostava do Batman.
c) Esse rio tem uma forte correnteza.
d) Então o Pinguim chegou na festa.

Pela classificação da gramática tradicional, as três primeiras orações são transitivas, pois apresentam um objeto como complemento do verbo. Segundo a formulação de Hopper e Thompson, (a) é a que ocupa lugar mais alto na escala de transitividade, seguida de (d), (b) e, por último, (c), tendo em vista aspectos como a dinamicidade do verbo, a agentividade do sujeito e o afetação do objeto.

Hopper e Thompson associam a transitividade a uma função pragmática: o modo como o falante organiza seu texto é determinado, em parte, pelos seus objetivos comunicativos e, em parte, pela sua percepção das necessidades do seu interlocutor. Nesse sentido, o texto apresenta diferentes planos discursivos, que distinguem as informações centrais das periféricas. O grau de transitividade de uma oração, ou o lugar que ela ocupa na escala de transitividade de Hopper e Thompson, reflete sua função discursiva característica, de modo que orações com alta transitividade assinalam porções centrais do texto, correspondentes à figura, enquanto orações com baixa transitividade marcam as porções periféricas, correspondentes ao fundo. Vejamos o seguinte fragmento:

> meu pai estava andando... ele morava no outro lado da Penha... e:: ele estava passando por... por baixo da pa... da passagem subterrânea do trem... *aí dois caras*... um escuro alto... forte e um branco também alto... forte... *esbarraram nele*... e ele anda com aquelas capangas... aí:: *a capanga caiu no chão*... *abriu*... os documentos... dinheiro ficou tudo espalhado no chão... e eu/ *ele abaixou* pra... catar os documentos... *quando ele abaixou*... *os caras falaram* que era um assalto... *aí pegaram o dinheiro*... *a conta de luz*... *tudo* que tinha... *juntaram*... *colocaram na capanga* e *levaram a capanga embora*... e *aí meu pai foi pra casa*... *falou que tinha sido assaltado*... *aí eles resolveram ir na polícia*... *né?* pra dar queixa... e *depois teve todo trabalho de*... *pedir segunda via de documento*... *de conta de luz*... *de conta de água*... e *ficou sem o dinheiro*... era o dia de pagamento...

Em figura estão os eventos perfectivos em itálico, que expressam a sequência de ações que caracteriza a narrativa:

FIGURA
a) "dois caras esbarraram nele"
b) "a capanga caiu no chão"
c) "abriu"
d) "ele abaixou"
e) "os caras falaram"
f) "aí pegaram o dinheiro"
g) "colocaram na capanga e"
h) "levaram a capanga embora"
i) "meu pai foi pra casa"
j) "falou que tinha sido assaltado"
l) "aí resolveram ir pra polícia"
m) "depois teve todo trabalho de... pedir segunda via"
n) "e ficou sem o dinheiro..."

Em fundo estão as informações que são colocadas no texto para dar suporte às orações de figura. São as informações básicas que contextualizam as ações de figura, indicando normalmente o local ou o momento em que elas ocorrem, como elas ocorrem, assim como expressam as causas e as finalidades dessas ações. Frequentemente são expressas por orações que apresentam verbos estáticos, como "ser" e "estar" na forma de presente do indicativo ou de pretérito imperfeito:

FUNDO
a) "meu pai estava andando"
b) "ele morava no outro lado da Penha"
c) "ele estava passando por... por baixo da pa... da passagem subterrânea do trem"
d) "ele anda com aquelas capangas"
e) "era um assalto"
f) "era o dia de pagamento"

O texto anterior mostra oposição de tempo, aspecto e dinamicidade: as sentenças da primeira sequência da figura contêm verbos de ação, como "esbarrar", "abrir", "pegar", entre outros, que estão no pretérito perfeito. Em fundo, exemplificado na segunda sequência de orações, vemos orações que contextualizam o evento narrado, com comentários descritivos e avaliativos do narrador.

Gramaticalização

Como já mencionamos anteriormente, o funcionalismo caracteriza-se por uma concepção dinâmica do funcionamento das línguas. Nessa perspectiva, a gramática é vista como um organismo maleável, que se adapta às necessidades comunicativas e cognitivas dos falantes. Isso implica reconhecer que, ao lado de padrões morfossintáticos estáveis, sistematizados pelo uso, a gramática de qualquer língua exibe mecanismos de codificação emergentes, que são consequentes da necessidade de formas mais expressivas. A gramaticalização é um fenômeno relacionado a essa *necessidade de se refazer* que toda gramática apresenta.

Gramaticalização designa um processo unidirecional, segundo o qual itens lexicais e construções sintáticas, em determinados contextos, passam a assumir funções gramaticais e, uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais. A tendência é que esse processo ocorra com itens ou expressões muito frequentes, o que faz com que o termo normalmente sofra desgaste fonético, perdendo, assim, expressividade. Com isso, o elemento deixa de fazer referência a entidades do mundo biossocial para assumir funções de caráter gramatical, como ligar partes do texto, indicar categorias gramaticais, como o tempo de um verbo ou o gênero de um nome, etc.

Considerando que substantivos, verbos e adjetivos são elementos lexicais e que preposições, conjunções, artigos, morfemas derivacionais e flexionais, entre outros, têm valor gramatical, são exemplos de gramaticalização:

a) A trajetória de substantivos e verbos para conjunções:

É o que ocorre com o verbo "querer", que passa a ser utilizado como conjunção alternativa em "*Quer* chova *quer* faça sol, estarei lá", ou com o elemento "logo", que no português arcaico tinha valor de substantivo e que atualmente pode ser empregado como conjunção conclusiva em cláusulas como "Penso, *logo* existo".

b) A trajetória de nomes e verbos para morfemas:

É o que se dá em passagens como a que ocorre com a expressão "tranquila mente", em que o substantivo "mente" ("intelecto") passa a desempenhar papel de sufixo formador de advérbio: "tranquilamente". Ou em trajetórias como a que acontece com a locução "amar hei", em que a forma do verbo "haver" ("hei") se incorpora ao verbo, passando a funcionar como desinência de futuro: "amarei".

Concluindo, vimos neste capítulo que o funcionalismo difere das abordagens formalistas – estruturalismo e gerativismo – primeiro por conceber a linguagem como um instrumento de interação social e, segundo, porque seu interesse de investigação linguística vai além da estrutura gramatical, buscando no contexto discursivo a motivação para os fatos da língua. A abordagem funcionalista procura explicar as regularidades observadas no uso interativo da língua, analisando as condições discursivas em que se verifica esse uso. O funcionalismo admite que um grande conjunto de fenômenos linguísticos é o resultado da adaptação da estrutura gramatical às necessidades comunicativas dos usuários da língua. Se a função mais importante da língua é a contínua interação entre as pessoas, que se alternam como falantes e ouvintes, essa função deve, de algum modo, condicionar a forma do código linguístico.

Para essa corrente teórica, os domínios da sintaxe, semântica e pragmática são relacionados e interdependentes. Por um lado, não há estruturas linguísticas que operem independentes do significado; por outro lado, se fatores discursivos contribuem para a codificação sintática, então a pragmática deve ser incorporada à gramática. Ao lado da descrição sintática, cabe investigar as circunstâncias discursivas que envolvem as estruturas linguísticas – seus contextos específicos de uso e os propósitos comunicativos dos interlocutores. Segundo a hipótese funcionalista, a estrutura é uma variável dependente, pois são os usos da língua que, ao longo dos tempos, dão *forma ao sistema*. *A necessidade de investigar a sintaxe em termos da semântica e da pragmática é comum a todas as abordagens funcionalistas atuais.*

Exercícios

1) A abordagem funcionalista da linguagem não corresponde a uma teoria particular, mas a vários modelos teóricos que, embora diferentes em certos aspectos, apresentam pontos essenciais em comum. Quais são esses pontos?

2) Estabeleça uma correspondência entre as diferentes escolas funcionalistas e as características apresentadas abaixo:

   a) O funcionalismo estruturalista
   b) A teoria funcional de Halliday
   c) O modelo de Dik
   d) O funcionalismo norte-americano

   ( ) analisa as expressões linguísticas com o intuito de compreender os processos relacionados ao êxito comunicativo dos falantes.
   ( ) utiliza um conceito abrangente de função que compreende tanto as funções de enunciados e textos quanto as funções de unidades linguísticas dentro de uma sentença.
   ( ) postula uma forte vinculação entre discurso e gramática, de tal modo que a sintaxe resulta, em grande parte, das estratégias de organização da informação utilizadas pelos falantes no evento comunicativo.
   ( ) ressalta a função dos fonemas na distinção das palavras e o papel da organização estrutural da sentença na transmissão de informação contextual.

3) Assinale as afirmativas que estão de acordo com os postulados da abordagem funcionalista:

   a) A existência de universais linguísticos é explicada em termos de uma dotação linguística genética compartilhada pela espécie humana.
   b) A existência de universais linguísticos é motivada pelos usos comuns a que a linguagem se presta nas comunidades de fala.
   c) As funções que a língua desempenha têm influência sobre a organização interna do sistema linguístico, o que significa que a relação entre forma e conteúdo é motivada.
   d) A arbitrariedade, ou ausência de relação direta entre expressão e significado, permeia todos os níveis de organização do sistema linguístico.
   e) A gramática é um organismo maleável, que se adapta às necessidades comunicativas e cognitivas dos usuários da língua.

4) Classifique os elementos em itálico em termos do seu *status* informacional nas duas passagens retiradas do *corpus* do Grupo de Estudos Discurso & Gramática de Natal, RN:

   a) *Eu* tive *um namorado*, meu vizinho, que *minha mãe* não queria, e por este motivo eu não conseguia de deixar de namorar *este rapaz*, fiz muita coisa que hoje eu não faria, mentia; apanhei por causa dele, mais não valeu a pena porque hoje *nós* estamos com *outras pessoas*.
   b) Eu vou contar *uma viagem* que *a gente* fez, hoje faz quinze dias, lá pra casa de *minha avó*, sabe? *Bom Jesus*. Aí quando meu pai chegou *lá*, começou beber *umas*, né? Aí a gente veio. No caminho, *o carro* ficava no meio da *pista* e a gente tudo preocupado. Parecia que eu que vinha dirigindo, sabe?

Notas

[1] As correntes estruturalista e gerativista focalizam, em suas análises, os aspectos estruturais ou formais da sentença, deixando de lado os fenômenos interacionais a ela relacionados.

[2] Em sentido estrito, "universal linguístico" é um termo designativo de uma propriedade que todas as línguas têm (por exemplo, todas as línguas têm elementos que são foneticamente vogais). Mais recentemente, admite-se que os universais linguísticos não são absolutos, mas uma questão de grau ou tendência, de modo que refletem uma propriedade que se manifesta na maioria das línguas.

[3] O termo "cognição" está associado ao exercício da inteligência humana e pode englobar nossa capacidade de compreender o mundo em que vivemos, de organizar e armazenar mentalmente os resultados dessa compreensão, bem como de adaptar esse conhecimento a fim de transmiti-lo aos nossos interlocutores nos diferentes contextos de comunicação.

[4] O termo "pragmática" associa-se normalmente os estudos que focalizam a relação entre a estrutura da língua e o comportamento dos seus usuários no ato concreto da comunicação.

[5] Atualmente, Kees Hengeveld, J. Lachlan Mackenzie e outros vêm desenvolvendo os estudos de Dik em direção ao que eles chamam de gramática discursivo-funcional.

[6] Linguistas que se dedicam ao estudo de crioulos, línguas que se desenvolveram historicamente de um pidgin, uma forma relativamente simplificada de falar que surgiu através do contato, em geral comercial, entre grupos linguísticos heterogêneos. Quando o pidgin se torna a língua materna de uma comunidade de fala e passa a ser usado para todos os fins, ele é chamado crioulo. Ex: tok pisin, língua de origem pidgin de Papua-Nova Guiné, ilha ao norte da Austrália.

[7] Conjunto de entrevistas gravadas por falantes do Rio de Janeiro, de Niterói, de Natal, de Juiz de Fora e do Rio Grande, organizado por pesquisadores do Grupo de Estudos Discurso & Gramática, formado por professores da UFRJ, da UFF e da UFRN.

[8] A preposição "entre" dá uma ideia de algo localizado no interior de algum espaço físico, de algum espaço de tempo e, por extensão, no espaço localizado entre dois ou mais acontecimentos.

Linguística cognitiva

Mário Eduardo Martelotta
Roza Palomanes

Para uma melhor compreensão dos pressupostos da chamada linguística cognitiva, é importante que façamos uma análise resumida do cenário que caracterizava os estudos linguísticos no momento em que surgiu essa nova proposta teórica. Nesse sentido, comecemos com algumas informações básicas sobre o linguista norte-americano Noam Chomsky e o gerativismo, escola linguística que se desenvolveu a partir de suas teorias.

Desde seu surgimento no final da década de 1950, o gerativismo de Chomsky fundou uma tendência, nos estudos linguísticos, de considerar a linguagem um sistema de conhecimento autônomo, depositado no cérebro dos indivíduos e constituído de uma série de princípios inatos referentes à estrutura gramatical das línguas (ver o capítulo "Gerativismo"). Esses princípios, por hipótese, restringem as possibilidades de variação na estrutura das línguas, que se manifestam como dados universais, ou seja, presentes em todas as línguas do mundo.

Chomsky demonstrou, de modo definitivo, a importância, para a compreensão da linguagem, dos fenômenos de natureza cognitiva, ou seja, relativos ao modo como nossa mente interage com o mundo que nos cerca, bem como os processos que permeiam essa interação. Entretanto, limitou sua abordagem a questões relacionadas ao desenvolvimento ou à maturação de uma capacidade biológica, postulando uma estrutura racional e universal inerente ao organismo humano.

Considerando as línguas naturais o reflexo de princípios inatos e autônomos em relação a outras formas de conhecimento, os gerativistas privilegiaram em suas análises a busca de aspectos linguísticos universais, deixando de lado, portanto, as questões sociais e interativas que caracterizam, de modo mais localizado, o uso concreto da língua nas situações reais de comunicação. Para efetivar essa estratégia, Chomsky postula um falante/ouvinte ideal, pertencente a uma comunidade linguística ideal,